



SIMULADO FINAL

CNU

|| 2025 ||

Bloco Temático 5 - Administração -
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CNU** para o **Bloco Temático 5 - Administração**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/MmeEGz9fwob7SqHp7>

01 - ABCDE	16 - ABCDE	31 - ABCDE	46 - ABCDE	61 - ABCDE	76 - ABCDE
02 - ABCDE	17 - ABCDE	32 - ABCDE	47 - ABCDE	62 - ABCDE	77 - ABCDE
03 - ABCDE	18 - ABCDE	33 - ABCDE	48 - ABCDE	63 - ABCDE	78 - ABCDE
04 - ABCDE	19 - ABCDE	34 - ABCDE	49 - ABCDE	64 - ABCDE	79 - ABCDE
05 - ABCDE	20 - ABCDE	35 - ABCDE	50 - ABCDE	65 - ABCDE	80 - ABCDE
06 - ABCDE	21 - ABCDE	36 - ABCDE	51 - ABCDE	66 - ABCDE	81 - ABCDE
07 - ABCDE	22 - ABCDE	37 - ABCDE	52 - ABCDE	67 - ABCDE	82 - ABCDE
08 - ABCDE	23 - ABCDE	38 - ABCDE	53 - ABCDE	68 - ABCDE	83 - ABCDE
09 - ABCDE	24 - ABCDE	39 - ABCDE	54 - ABCDE	69 - ABCDE	84 - ABCDE
10 - ABCDE	25 - ABCDE	40 - ABCDE	55 - ABCDE	70 - ABCDE	85 - ABCDE
11 - ABCDE	26 - ABCDE	41 - ABCDE	56 - ABCDE	71 - ABCDE	86 - ABCDE
12 - ABCDE	27 - ABCDE	42 - ABCDE	57 - ABCDE	72 - ABCDE	87 - ABCDE
13 - ABCDE	28 - ABCDE	43 - ABCDE	58 - ABCDE	73 - ABCDE	88 - ABCDE
14 - ABCDE	29 - ABCDE	44 - ABCDE	59 - ABCDE	74 - ABCDE	89 - ABCDE
15 - ABCDE	30 - ABCDE	45 - ABCDE	60 - ABCDE	75 - ABCDE	90 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/GajF>

CONHECIMENTOS GERAIS**DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO***Nelma Fontana*

1. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o **Tema 698 da repercussão geral**, firmou tese segundo a qual o Poder Judiciário **pode** impor ao Poder Público a implementação de políticas públicas, desde que observados determinados limites, notadamente quando a omissão estatal viola direitos fundamentais. Considerando essa orientação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A atuação judicial é vedada, pois a definição e a execução de políticas públicas são de competência exclusiva do Poder Executivo, em respeito ao princípio da separação dos Poderes.
- b) O Judiciário pode impor ao Estado a adoção de medidas administrativas ou orçamentárias quando houver omissão que comprometa direitos fundamentais, desde que a decisão não esgote a liberdade de conformação do administrador nem imponha escolhas técnicas específicas.
- c) A intervenção judicial somente é admissível se houver prévia edição de lei autorizando expressamente a atuação do magistrado na execução da política pública.
- d) O STF entende que a determinação judicial para cumprimento de políticas públicas só é legítima quando houver previsão de dotação orçamentária específica aprovada em lei.
- e) A intervenção judicial é automática em qualquer hipótese de inércia administrativa, dispensando demonstração de violação a direitos fundamentais.

2. Após o regular trâmite de processo judicial, com contraditório e ampla defesa, transitou em julgado a sentença penal que condenou Bruno pela prática de crime doloso, aplicando-lhe pena privativa de liberdade de dois anos, posteriormente substituída por prestação de serviços à comunidade. Enquanto cumpre a pena, Bruno pretende participar de atividades cívicas e concorrer a cargo eletivo.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Bruno não sofreu restrição de seus direitos políticos, pois a substituição da pena por prestação de serviços descaracteriza a suspensão prevista no art. 15, III, da CF.
- b) Bruno sofreu suspensão de seus direitos políticos, ainda que a pena privativa de liberdade tenha sido substituída por restritiva de direitos, permanecendo a restrição enquanto durar o cumprimento da pena.
- c) Bruno não pode ajuizar ação popular, pois esta exige capacidade eleitoral ativa, a qual fica definitivamente cassada com a condenação criminal.
- d) Bruno pode se filiar e permanecer filiado a partido político, mas não pode exercer o voto nem disputar eleições durante o período de prestação de serviço.
- e) Bruno somente perderá os direitos políticos se houver expressa decisão judicial declaratória da suspensão após o início do cumprimento da pena.

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO*Alessandra (Alê) Lopes*

3. “O Estado democrático de Direito concilia Estado democrático e Estado de Direito, mas não consiste apenas na reunião formal dos elementos desses dois tipos de Estado. Revela, em verdade, um conceito novo que incorpora os princípios daqueles dois conceitos, mas os supera na medida em que agrega um componente revolucionário de transformação do status quo.”

(José Afonso da Silva, O Estado Democrático de Direito, 1988)

De acordo com a concepção do autor, o Estado Democrático de Direito caracteriza-se fundamentalmente por:

- a) reduzir o conceito de democracia à realização periódica de eleições representativas, assegurando apenas a legalidade formal dos atos do poder público.
- b) combinar legalidade liberal e direitos sociais em um modelo estável, sem pretensões transformadoras, que apenas garante igualdade formal.
- c) garantir a supremacia da lei enquanto norma geral e abstrata, como instrumento único de preservação da ordem e da segurança jurídica.
- d) fundar-se na harmonia formal entre os Poderes do Estado, assegurando que cada um atue sem interferências recíprocas, preservando a estrutura tradicional.
- e) instituir um conceito novo de Estado que, além de submeter-se à Constituição, orienta-se pela participação popular e pela promoção da justiça social como tarefas fundamentais.

4. O presidencialismo de coalizão, conceito de Sérgio Abranches, explica a dinâmica da governabilidade no Brasil.

Considerando esse arranjo institucional, é correto afirmar que:

- a) a fragmentação partidária favorece a governabilidade, pois amplia a base parlamentar do presidente.
- b) a dificuldade de o presidente formar maioria no Congresso decorre da dispersão de partidos, exigindo negociações para formar coalizões.
- c) a Constituição de 1988 proíbe expressamente a existência de mais de dois partidos políticos no país.
- d) no presidencialismo de coalizão, o presidente governa sem depender do Legislativo, com apoio direto da sociedade civil.
- e) a fragmentação partidária impede a existência de coalizões, tornando inviável o funcionamento do sistema político.

5. A Constituição de 1988 instituiu diversos mecanismos de participação popular e de controle social sobre as políticas públicas.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) as ouvidorias públicas atuam como canais de diálogo entre o cidadão e o Estado, recebendo manifestações e contribuindo para a melhoria dos serviços públicos.
- b) a ação popular é restrita a parlamentares, por se tratar de instrumento de fiscalização de atos administrativos.
- c) os conselhos gestores de políticas públicas são meramente consultivos, sem caráter deliberativo ou de controle social.
- d) o plebiscito é convocado após a decisão legislativa, funcionando como referendo popular.
- e) o Plano Plurianual Participativo é apenas um exercício acadêmico, sem força normativa.

POLÍTICAS PÚBLICAS*Stefan Fantini*

6. Uma corrente tem ganhado destaque na formulação de políticas públicas, valorizando o uso de dados, pesquisas e avaliações criteriosas, de modo a reduzir a influência de percepções subjetivas e decisões baseadas apenas na intuição dos gestores. Esse enfoque privilegia análises criteriosas para orientar a tomada de decisão governamental. Essa abordagem recebe o nome de:

- a) Políticas públicas reativas
- b) Políticas públicas distributivas
- c) Políticas públicas tradicionais
- d) Políticas públicas baseadas em evidências
- e) Políticas públicas participativas

7. No ciclo das políticas públicas, há avaliações que ocorrem em diferentes etapas. Quando a análise é feita previamente à implementação da política ou programa, com a finalidade de verificar sua viabilidade e antecipar possíveis falhas no desenho ou na formulação, essa avaliação é denominada:

- a) Avaliação Somativa
- b) Avaliação Ex Ante
- c) Avaliação Ex Post
- d) Avaliação In Itinere
- e) Avaliação Posterior

8. Em uma capital brasileira, após diversos estudos técnicos, o governo anunciou oficialmente a criação de um programa de incentivo ao transporte coletivo, prevendo recursos no orçamento e estabelecendo prazos de execução. Nesse caso, o tema passou a integrar a:

- a) Agenda política
- b) Agenda midiática
- c) Agenda estratégica
- d) Agenda formal
- e) Agenda comunitária

9. Na análise de agenda governamental, os problemas públicos podem evoluir de diferentes formas: súbita, incremental, estável, cíclica ou em declínio. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) A persistência da desigualdade de renda em certas regiões, mantendo-se praticamente no mesmo nível ao longo do tempo, exemplifica um problema estável.
- b) O crescimento contínuo da violência urbana ao longo dos anos representa um problema em declínio.
- c) O aumento de casos de gripe em períodos específicos do inverno corresponde a um problema incremental.
- d) O acidente em uma barragem, com forte repercussão imediata, é exemplo de problema em declínio.
- e) A queda gradual da taxa de analfabetismo no país ilustra um problema súbito.

10. Na avaliação das políticas públicas, diferentes critérios podem ser aplicados para analisar o desempenho das ações governamentais. Considere as assertivas a seguir:

- I. O critério de eficácia refere-se ao grau em que as metas ou objetivos previamente definidos foram alcançados.
- II. A efetividade analisa se os resultados obtidos transformaram a realidade, atendendo às necessidades do público-alvo.
- III. A economicidade refere-se ao nível de utilização dos recursos (inputs).
- IV. A equidade trata da homogeneidade de distribuição de benefícios (ou punições) entre os destinatários de uma política pública.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas II e IV estão corretas.
- c) Apenas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas I, III e IV estão corretas.
- e) I, II, III e IV estão corretas.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Antônio Daud*

11. Em um órgão federal, foi instaurado processo para apurar uma denúncia de violação ao Código de Ética por parte de um servidor, com vínculo temporário com a Administração Pública. A Comissão de Ética competente, após analisar os fatos e ouvir o servidor, concluiu pela aplicação de censura.

Conforme o Decreto nº 1.171/1994, a Comissão de Ética, ao aplicar a sanção, deveria:

- a) encaminhar o parecer com a penalidade para a autoridade máxima do órgão, para que esta decida se aplica ou não a censura.
- b) garantir ao servidor o direito ao contraditório e à ampla defesa, sendo a fundamentação da pena restrita aos membros da comissão.
- c) publicar a decisão no Diário Oficial da União para dar publicidade e servir de exemplo aos demais servidores.
- d) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores daquele órgão os registros sobre a conduta do servidor, para o efeito de instruir e fundamentar eventuais promoções.
- e) rever a censura aplicada, em razão de tratar-se de servidor temporário, não alcançado pelos preceitos éticos do serviço público federal.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Elisabete Moreira*

12. Os impulsionadores do movimento da Governança Pública – GP são múltiplos, atribuindo ao conceito diferentes interpretações. Acerca do tema, analise as alternativas a seguir.

- I. Uma das forças por trás da Governança Pública é a ascensão de valores neoliberais e o chamado esvaziamento do Estado (*hollowing out of the state*), em que a incapacidade do Estado em lidar com problemas coletivos é denunciada.

II. Os modelos burocráticos, gerencial e da governança pública usam a função controle para manter a homeostase do sistema organizacional, conforme conceitos derivados da teoria sistêmica.

III. Alguns acadêmicos consideram a GP uma consequência do movimento da Administração Pública Gerencial – NPM, com a qual compartilha algumas características. No entanto, a abordagem da Governança Pública apresenta elementos de descontinuidade e superação da distinção wilsoniana entre política e administração.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

13. A governança pública, orientada por princípios, diretrizes e mecanismos colocados em prática para a busca de resultados, apresenta a accountability como um de seus pilares, relacionado à prestação de contas por parte de quem foi incumbido de uma tarefa a aquele que solicitou a tarefa (relação entre o agente e o principal). Foi um conceito inserido na gestão pública, a partir da reforma administrativa realizada em meados de 1995, e que se refere

- a) à legitimação das formas de controle das agências reguladoras sobre a sociedade civil.
- b) à capacidade de um dirigente de atender às demandas da sociedade, por meio da sanção e recompensa.
- c) à legitimação do poder de vigilância e ao controle sobre a atuação de empresas e órgãos não governamentais.
- d) ao somatório dos conceitos de responsabilização, transparência e controle.
- e) à extensão e ampliação do escopo de atuação do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário sobre as organizações e a sociedade civil.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Herbert Almeida*

14. Mariana solicitou a uma entidade administrativa federal informações detalhadas sobre determinada atividade pública. O servidor responsável, no entanto, informou que tais informações, apesar de não estarem classificadas em grau de sigilo, só poderiam ser divulgados mediante autorização do diretor da entidade. Diante da situação hipotética apresentada, e com base nas diretrizes da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta:

- a) o servidor agiu corretamente, pois o princípio da publicidade é aplicável apenas aos atos normativos e não se estende aos gastos administrativos.
- b) a exigência de autorização do diretor está de acordo com o princípio da hierarquia administrativa, respeitando o sigilo como regra geral.
- c) a informação solicitada por Mariana não precisa ser fornecida, pois não foi demonstrado o interesse específico dela sobre o tema, mediante indicação dos motivos determinantes da solicitação.
- d) a conduta do servidor, ao indeferir o acesso, contraria os princípios da Lei de Acesso à Informação, que prevê a publicidade como regra e o sigilo como exceção.
- e) a divulgação de informações sobre publicidade institucional depende de regulamentação específica, razão pela qual a negativa foi válida.

15. Carlos solicitou a um órgão público federal cópias de documentos que fundamentaram a decisão de cancelar um processo seletivo para contratação temporária de professores. O setor responsável respondeu apenas que a decisão havia sido tomada pela diretoria, sem apresentar qualquer justificativa ou documentação. Carlos, inconformado, reiterou o pedido, mas novamente recebeu negativa, sem fundamentação. Diante dessa situação e com base na Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa correta:

- a) o órgão público agiu corretamente, pois a divulgação de documentos internos pode comprometer a segurança institucional.
- b) a negativa de acesso sem fundamentação sujeita o agente responsável a medidas disciplinares, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação.
- c) Carlos não possui direito à documentação solicitada, pois ela se refere a deliberações internas da administração pública.
- d) a Administração só está obrigada a fornecer as informações após decisão judicial específica determinando o acesso.
- e) o acesso só será possível após a conclusão de auditoria interna sobre o processo seletivo, em razão do sigilo provisório.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Rodrigo Bet*

16. Rodrigo, Governador do Estado Alfa, promoveu a inauguração de um hospital público e produziu um vídeo institucional no qual aparece em destaque realizando a entrega da obra, com menções ostensivas ao seu nome e à sua imagem (autopromoção pessoal). No mesmo período, nomeou parente de terceiro grau para cargo comissionado de direção do referido hospital.

Tais condutas violam frontalmente, respectivamente, os princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da CF/1988:

- a) Razoabilidade e moralidade.
- b) Impessoalidade e moralidade.
- c) Impessoalidade e Razoabilidade.
- d) Publicidade e impessoalidade.
- e) Legalidade e eficiência.

17. O Ministério da Educação criou um Núcleo de Inovação Tecnológica vinculado diretamente ao próprio ministério, sem personalidade jurídica própria, e instituiu por lei uma Fundação de Desenvolvimento Educacional com personalidade jurídica de direito público.

Considerando os conceitos estrutura organizacional da Administração Pública, escolha a alternativa correta:

- a) O núcleo representa um processo de descentralização da administração direta, e a fundação, um de desconcentração da administração indireta.
- b) O núcleo integra a administração indireta, enquanto a fundação integra a administração direta.
- c) O núcleo exemplifica desconcentração da administração direta, e a fundação exemplifica descentralização da administração indireta, sem sujeição à tutela estatal.
- d) O núcleo exemplifica desconcentração da administração direta, e a fundação exemplifica descentralização da administração indireta, estando esta última submetida à tutela administrativa do Estado.
- e) Tanto o núcleo quanto a fundação são exemplos de entidades da administração indireta, sujeitas exclusivamente à hierarquia estatal.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Rodrigo Rennó

18. A década de 1930 marcou um ponto de inflexão no Estado brasileiro, caracterizado pela centralização política e pela necessidade de modernização administrativa. Nesse contexto, a criação do DASP representou:

- a) a consolidação de um modelo descentralizado de gestão, transferindo funções a autarquias e fundações.
- b) o primeiro esforço sistemático de racionalização da máquina estatal, visando combater o patrimonialismo e organizar o serviço público sob critérios de mérito.
- c) a tentativa de institucionalizar o modelo gerencial, com foco em resultados e descentralização federativa.
- d) a absorção dos serviços sociais pelo núcleo estratégico do Estado, sob lógica de publicização.
- e) a exclusão da burocracia e adoção direta de modelos de governança em rede.

19. A administração pública no governo Collor ficou marcada por uma tentativa de reforma que, diferentemente da de 1995, foi conduzida de forma improvisada e desarticulada. O aspecto mais lembrado desse período foi:

- a) a valorização da burocracia weberiana como forma de profissionalização do serviço público.
- b) a introdução de contratos de gestão com organizações sociais.
- c) o fortalecimento da Administração Indireta, por meio de autarquias e fundações.
- d) a institucionalização de conselhos gestores e participação popular.
- e) a campanha de desmoralização contra servidores, acompanhada de demissões e cortes abruptos.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Gabriela Zavadinack*

- 20.** Acerca da estrutura normativa das finanças públicas e do planejamento e execução orçamentária federal, considerando os preceitos da Constituição Federal e as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta:
- a) O Banco Central pode conceder empréstimos ao Tesouro Nacional e a entes da Administração Pública indireta, desde que em caráter excepcional e previamente autorizado pela Lei Orçamentária Anual.
 - b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias não pode dispor sobre alterações na legislação tributária, pois essa competência é privativa da União e somente pode ser exercida mediante lei complementar.
 - c) As disponibilidades de caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem ser obrigatoriamente depositadas no Banco Central, como forma de garantir a unidade de tesouraria nacional.
 - d) O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser acompanhado do Anexo de Metas Fiscais, o qual inclui a demonstração da evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios e a avaliação atuarial dos regimes de previdência social.
 - e) O Plano Plurianual será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito decorrente de subsídios e benefícios de natureza financeira.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE*Ricardo Torques*

- 21.** No Município X ocorrerá processo de escolha de conselheiros tutelares. Antônio, defensor do direito das crianças na cidade, pretende concorrer a uma das vagas. Ao pesquisar mais sobre o assunto, descobriu que, segundo o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA),
- a) a idade mínima para a candidatura é de 18 anos.
 - b) o conselho é composto de 4 membros.
 - c) não se admite recondução, ainda que por novo processo de escolha.
 - d) o mandato é de 4 anos.
 - e) os membros não são remunerados.
- 22.** O Decreto 7.053/2009 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Trata-se de marco legal do atendimento da população em situação de rua. De acordo com o referido decreto, é uma característica da população em situação de rua:
- a) ser um grupo homogêneo.
 - b) possuir em comum a pobreza extrema.
 - c) não possuir qualquer vínculo familiar.
 - d) não utilizarem as unidades de acolhimento para pernoite.
 - e) possuírem moradia convencional regular

23. Pedro, muito preocupado com o seu filho João, diagnosticado com transtorno psicótico grave, após esgotados todas as tentativas extra-hospitalares, requereu a internação psiquiátrica de João, sem o seu consentimento e em estabelecimento apropriado para tanto. De acordo com a Lei 10.216/2001, trata-se de uma internação psiquiátrica

- a) involuntária, e deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- b) voluntária, e deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- c) compulsória, e deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- d) involuntária, e deverá, no prazo de vinte e quatro horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- e) compulsória, e deverá, no prazo de vinte e quatro horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.

24. Pablo foi condenado pelo crime de roubo e encerrará o cumprimento de sua pena daqui a um mês. Sabendo da assistência que a Lei de Execução Penal estabelece ao egresso, ele procura se informar até quando será assim considerado. Em se tratando de liberado definitivo, a Lei de Execução Penal considerará Pablo como egresso pelo prazo de até

- a) 5 anos a contar da saída do estabelecimento.
- b) 6 meses a contar da saída do estabelecimento.
- c) 1 ano a contar da saída do estabelecimento.
- d) 3 meses a contar da saída do estabelecimento.
- e) 2 anos a contar da saída do estabelecimento.

25. Carol é pessoa com deficiência e conta com o apoio de Alexandre, seu atendente pessoal. Considerando a situação de Carol, o Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece o direito de receber atendimento prioritário em determinadas situações. Ao pesquisar, Alexandre concluiu corretamente que não se estende a ele, na condição de atendente pessoal, o direito ao atendimento prioritário com a finalidade de

- a) acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
- b) recebimento de restituição de imposto de renda.
- c) proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- d) disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.
- e) disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas

TRABALHO E TECNOLOGIA*Emannuelle Gouveia*

26. A incorporação de tecnologias digitais no ambiente corporativo tem transformado as relações de trabalho. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) A digitalização promoveu estabilidade universal dos vínculos empregatícios, reduzindo a rotatividade no mercado.
- b) O teletrabalho e o uso de plataformas digitais ampliaram a flexibilidade, mas também intensificaram desafios relacionados à jornada e à saúde mental.
- c) A adoção de inteligência artificial e automação eliminou por completo a necessidade de qualificação contínua dos trabalhadores.
- d) O trabalho em plataformas digitais garantiu direitos trabalhistas uniformes e equivalentes aos dos contratos formais.
- e) A transformação digital neutralizou as desigualdades regionais de acesso ao emprego.

27. Um dos efeitos do uso de IA e automação na produtividade do setor público é:

- a) O aumento de gargalos burocráticos decorrentes da digitalização de serviços.
- b) A eliminação total de falhas em processos administrativos, tornando-os infalíveis.
- c) A possibilidade de análise de grandes volumes de dados em tempo reduzido, auxiliando na formulação de políticas públicas.
- d) A substituição de processos digitais por fluxos exclusivamente manuais, para preservar a segurança.
- e) A diminuição da necessidade de planejamento estratégico, já que a IA toma decisões de forma autônoma.

28. No contexto da administração pública, a adoção de soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA) e automação busca, entre outros objetivos:

- a) Substituir integralmente os servidores públicos por sistemas inteligentes.
- b) Automatizar processos rotineiros, aumentando a eficiência e liberando recursos humanos para atividades estratégicas.
- c) Eliminar a necessidade de transparência, já que sistemas automatizados garantem imparcialidade absoluta.
- d) Tornar dispensáveis as legislações e normas, uma vez que a tecnologia se autorregula.
- e) Reduzir a interoperabilidade entre órgãos, para restringir o compartilhamento de informações.

29. A incorporação de novas tecnologias na gestão pública, embora amplie a eficiência, também apresenta riscos. Um deles é:

- a) A dependência excessiva de fornecedores privados de tecnologia, o que pode gerar riscos de soberania e de continuidade dos serviços.
- b) A impossibilidade de realizar auditorias em sistemas informatizados, que tornam os processos totalmente opacos.
- c) A completa eliminação da discricionariedade administrativa, uma vez que algoritmos substituem juízos humanos.
- d) A ausência de vulnerabilidades de segurança, já que as tecnologias emergentes são plenamente seguras.
- e) A garantia de universalização imediata de acesso digital para todos os cidadãos, independentemente de condições regionais.

30. O uso de tecnologias emergentes na administração pública pode acarretar riscos significativos. Um deles é:

- a) A adoção de padrões abertos de interoperabilidade, que favorecem a integração de sistemas governamentais.
- b) A implementação de plataformas digitais de governo eletrônico, que ampliam o acesso a serviços.
- c) A digitalização de processos administrativos, que aumenta a celeridade das entregas estatais.
- d) A utilização de computação em nuvem, que proporciona maior escalabilidade e flexibilidade.
- e) A exposição de dados sensíveis de cidadãos em caso de falhas de segurança cibernética, comprometendo a privacidade e a confiança pública.

EIXO TEMÁTICO 1

PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Stefan Fantini

31. O tipo de planejamento voltado para as atividades rotineiras da organização, elaborado pelos supervisores, que se preocupa com “o que” deve ser feito e “como” realizar, com foco no curto prazo, é denominado:

- a) Planejamento estratégico
- b) Planejamento tático
- c) Planejamento operacional
- d) Planejamento institucional
- e) Planejamento global

32. Na Teoria dos Estilos de Liderança desenvolvida por White e Lippitt, um dos estilos é caracterizado pela concentração total das decisões no líder, que impõe ordens, define as diretrizes e não permite

participação ou delegação aos liderados. Esse estilo é denominado:

- a) Liderança Autocrática
- b) Liderança Pactuada
- c) Liderança Cesarista
- d) Liderança Liberal
- e) Liderança Democrática

33. João das Neves foi promovido a gerente em sua organização, mas a equipe não recebeu bem a notícia, demonstrando pouca confiança e respeito em relação à sua liderança. Além disso, os trabalhos do grupo não seguem metas claras nem procedimentos definidos, e o novo gerente não terá poder para recompensar desempenhos positivos ou substituir membros com baixo rendimento.

Segundo a teoria da liderança contingencial de Fiedler, nessa situação o estilo de liderança mais eficaz será:

- a) orientado para o relacionamento;
- b) orientado para a tarefa;
- c) persuasivo;
- d) transformacional;
- e) diretivo;

34. De acordo com a teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow, depois de atendidas as necessidades fisiológicas e de segurança, o próximo nível a ser buscado pelo indivíduo corresponde à necessidade:

- a) fisiológica
- b) social
- c) de segurança
- d) de estima
- e) de autorrealização

35. O conjunto de percepções que os membros de uma organização compartilham sobre diferentes aspectos da empresa e do ambiente de trabalho corresponde ao conceito de:

- a) cultura organizacional
- b) organograma organizacional
- c) imagem organizacional
- d) segmentação organizacional
- e) clima organizacional

36. Em projetos, as alterações podem ocorrer em diferentes momentos e apresentam variação em seus impactos. Nesse contexto, assinale a alternativa correta sobre os custos de mudança:

- a) São constantes durante todo o projeto
- b) São menores quanto mais próximo do final do projeto
- c) São maiores quanto mais próximo do final do projeto
- d) São maiores no início do projeto
- e) Não se alteram ao longo do projeto

37. Segundo o Guia PMBOK, projeto é um esforço temporário realizado para gerar um produto, serviço ou resultado único. De acordo com o grau de controle e influência exercidos sobre os projetos da organização, os principais tipos de Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP) são:

- a) Suporte, Controle e Resultado
- b) Controle, Organização e Finalização
- c) Suporte, Controle e Diretivo
- d) Pequeno, Médio e Alto
- e) Implantação, Controle e Planejamento

38. Em uma empresa de consultoria, João das Neves participou de um processo de avaliação de desempenho diferente do habitual. Além do feedback de seu gestor, ele também recebeu avaliações de colegas de equipe, de subordinados,

de clientes internos e externos, e até realizou sua própria autoavaliação. Esse método de avaliação é denominado:

- a) Incidentes Críticos
- b) Comparação Binária
- c) Efeito Halo
- d) Escalas Gráficas
- e) Avaliação 360°

39. Mário Bros foi contratado como analista em uma empresa de tecnologia. No início do treinamento, percebeu que precisava estudar conceitos de lógica de programação e estatística para compreender como funcionariam as ferramentas que utilizaria no dia a dia. Esse “saber acumulado”, necessário para entender e desempenhar suas atividades, corresponde a:

- a) conhecimento
- b) habilidade
- c) atitude
- d) autoridade
- e) nenhuma das anteriores

40. Durante uma reunião, dois membros da equipe de João das Neves entraram em conflito sobre a forma de conduzir uma tarefa. Para resolver a situação, João sugeriu que cada um cedesse em parte suas posições, de modo que ambos saíssem com ganhos e perdas equilibrados, aceitando soluções razoáveis. Esse estilo de administração de conflitos adotado por João das Neves corresponde a:

- a) colaboração;
- b) evitação;
- c) acomodação;
- d) concessão;
- e) competição.

**TENDÊNCIAS DO FUTURO DO TRABALHO
NO SERVIÇO PÚBLICO E GESTÃO DE
PROCESSOS***Rodrigo Rennó*

41. A tendência da chamada automação inteligente combina RPA e IA em ecossistemas híbridos. No futuro do trabalho no serviço público, essa integração:

- a) permite que a IA classifique documentos ou priorize ações, enquanto a RPA executa as tarefas correspondentes, ampliando a eficiência administrativa.
- b) torna desnecessário o papel de gestores humanos, já que a automação é autossuficiente.
- c) substitui completamente os sistemas legados, exigindo reprogramação de todos os softwares utilizados pela administração.
- d) restringe-se à execução de protocolos jurídicos e não possui relevância em atividades administrativas.
- e) impede a transparência, já que a integração entre IA e RPA não permite auditoria.

42. Durante a análise dos níveis de maturidade em processos, uma autarquia identificou que seus processos são documentados e possuem responsáveis definidos, mas ainda não estão completamente integrados à estratégia organizacional. Esse estágio, conforme modelos derivados do BPM CBOK, corresponde a:

- a) nível inicial, caracterizado por processos inexistentes ou totalmente informais.
- b) nível definido, em que os processos são estruturados, documentados e padronizados, mas ainda carecem de plena integração estratégica.
- c) nível gerenciado, em que processos são medidos e controlados de forma consistente.
- d) nível otimizado, em que há melhoria contínua e inovação sistemática dos processos.

- e) nível repetitivo, em que os processos dependem exclusivamente da experiência individual dos colaboradores.

EIXO TEMÁTICO 2**ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS
E PATRIMONIAIS***Ricardo Campanario*

43. Um item foi adquirido por \$35.000,00. Possui vida útil de 5 anos e valor residual de R\$13.000. Qual o valor anual depreciável pelo método linear:

- a) \$2.400,00
- b) \$2.450,00
- c) \$2.600,00
- d) \$4.400,00
- e) \$7.000,00

44. Considerando que a organização trabalha com um estoque médio de 4.000 unidade e possui uma demanda anual esperada de 16.000 unidades, qual o seu giro e cobertura, respectivamente:

- a) 4 vezes e 3 meses
- b) 2 vezes e 3 meses
- c) 4 vezes e 2 meses
- d) 4 vezes e 0,20
- e) 3 vezes e 0,25

45. Se o ponto do pedido de determinado item é de 5.000 unidades, seu consumo é de 200 unidades/dia e o tempo de reposição é de 20 dias, qual o estoque de segurança.

- a) 500 unidades
- b) 650 unidades
- c) 700 unidades
- d) 850 unidades
- e) 1.000 unidades

46. O estoque representa o conjunto de materiais disponíveis que a organização utiliza no processo de produção de seus produtos e serviços. Assinale a opção que apresenta, corretamente, o tipo de estoque que deve ser usado em uma situação na qual o fornecedor não entrega os materiais prometidos para determinada data por motivo de acidente

- a) Estoque de Antecipação
- b) Estoque de Proteção
- c) Estoque Hedge
- d) Estoque de Segurança
- e) Estoque Virtual

PARCERIAS ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE

Antônio Daud

47. A Prefeitura do Município de Sol Nascente pretende apoiar um projeto cultural proposto pela "Associação de Artesãos Mãos de Ouro", enquadrada como "organização da sociedade civil". O projeto foi integralmente concebido pela própria associação e apresentado à administração pública, que, por sua vez, tem interesse em viabilizar a iniciativa por meio de uma parceria com transferência de recursos financeiros.

De acordo com a Lei nº 13.019/2014, o instrumento de parceria adequado para esta situação é o:

- a) Termo de Colaboração, pois a iniciativa partiu da administração pública para atingir suas finalidades.
- b) Termo de Fomento, pois a parceria se destina a incentivar um projeto de autoria da organização da sociedade civil.
- c) Contrato de Gestão, utilizado para transferir a gestão de serviços públicos para organizações sociais.
- d) Convênio, pois se trata de uma transferência de recursos entre um ente público e uma entidade privada sem fins lucrativos.

e) Acordo de Cooperação, já que não envolve transferência de recursos financeiros da administração pública.

48. Uma organização da sociedade civil (OSC) recém-constituída deseja participar de um chamamento público para celebrar um termo de colaboração com o município Alfa. A OSC possui apenas seis meses de existência legal, não tem experiência prévia comprovada na área do projeto e seu estatuto social não prevê objetivos voltados para a promoção de atividades de relevância pública e social.

Conforme a Lei nº 13.019/2014, a participação dessa OSC no chamamento público será:

- a) permitida, pois a lei veda qualquer restrição à participação de novas entidades para incentivar o setor.
- b) permitida, desde que apresente uma declaração de capacidade técnica assinada por um profissional da área.
- c) inviável, pois a lei exige, entre outros requisitos, um tempo mínimo de existência e experiência prévia na área da parceria.
- d) viável, mas a OSC só poderá receber recursos após completar 2 anos de existência legal.
- e) condicionada à alteração de seu estatuto social durante o processo de seleção.

GESTÃO DE RISCOS*Rodrigo Rennó*

49. A literatura especializada e normas como a ISO 31000:2018 apontam que a gestão de riscos deixou de ser um processo periférico ou restrito a setores de auditoria para se tornar parte central da governança das organizações. Nesse sentido, a gestão de riscos deve ser compreendida como:

- a) um processo iterativo e integrado, vinculado à governança, à estratégia e à tomada de decisões, de forma a lidar com incertezas e aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos institucionais.
- b) uma atividade autônoma e isolada, aplicada paralelamente aos processos de gestão, de modo a preservar sua independência técnica.
- c) uma prática de responsabilidade exclusiva da alta administração, dispensando a participação das demais partes interessadas.
- d) um conjunto de procedimentos formais voltados apenas à mitigação de eventos negativos que possam comprometer resultados financeiros.
- e) um instrumento de geração de relatórios periódicos de conformidade, cujo foco é atender às exigências legais e regulatórias.

50. Na implantação de sistemas de gestão de riscos, é comum a confusão entre os conceitos de risco inerente e risco residual. Considerando a ISO 31000 e o TCU, risco residual deve ser entendido como:

- a) o risco considerado insignificante, que pode ser desconsiderado no processo de gestão.
- b) o risco inicial existente antes da adoção de qualquer ação de tratamento, refletindo a exposição natural da organização à incerteza.
- c) o risco eliminado pela contratação de seguros ou pela transferência integral a terceiros.
- d) o risco que permanece mesmo após a implementação de controles e medidas de tratamento, devendo ser monitorado continuamente, pois pode impactar os objetivos organizacionais.

e) o risco que corresponde ao impacto máximo de um evento, independentemente da probabilidade de ocorrência.

51. A adoção de Inteligência Artificial (IA) no setor público gera expectativas e preocupações. Entre as potencialidades mais destacadas, pode-se citar:

- a) a substituição integral de gestores públicos, já que algoritmos não incorrem em falhas humanas.
- b) a possibilidade de análise preditiva para formular políticas mais eficazes e antecipar demandas sociais.
- c) a redução da necessidade de dados estatísticos, pois a IA funciona apenas por inferência intuitiva.
- d) a dispensa de servidores em todos os níveis de complexidade administrativa.
- e) a eliminação da participação social, visto que algoritmos são neutros e objetivos.

52. Desde os anos 2000, o Brasil vem consolidando políticas de governo eletrônico (e-gov), ampliadas pela Estratégia de Governo Digital e pelo portal Gov.br. Embora muitas vezes confundido com simples informatização, o conceito de e-gov envolve um conjunto mais amplo de transformações. Nesse sentido, governo eletrônico deve ser entendido como:

- a) a digitalização de processos internos da administração pública, sem alteração na forma de interação com cidadãos e empresas.
- b) a centralização de todos os serviços públicos em um único sistema proprietário, garantindo uniformidade tecnológica.
- c) a substituição integral da burocracia tradicional, com a eliminação de servidores humanos em atividades administrativas.
- d) a criação de páginas institucionais estáticas na internet, voltadas apenas à divulgação de informações básicas.
- e) a utilização de tecnologias digitais para ampliar a transparência, ofertar serviços e permitir interação entre governo, cidadãos e empresas, fortalecendo eficiência e accountability.

53. O Plano Plurianual (PPA) é um dos principais instrumentos de planejamento governamental no Brasil, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos. Em algumas experiências, buscou-se ampliar a legitimidade desse processo com o chamado PPA participativo. A principal característica desse modelo é:

- a) permitir que cidadãos e entidades da sociedade civil participem da definição de programas e prioridades, fortalecendo a legitimidade do planejamento público e alinhando-o às demandas sociais.
- b) transferir integralmente ao público externo a formulação de metas fiscais, cabendo ao governo apenas sua execução.
- c) restringir a participação social a consultas digitais, sem interação presencial, para acelerar a elaboração do PPA.
- d) substituir o papel técnico dos órgãos de planejamento, que passam a atuar apenas como facilitadores das escolhas populares.
- e) dispensar a análise e aprovação do Congresso Nacional, pois o PPA torna-se automaticamente vinculante após a participação social.

54. No debate sobre os mecanismos de participação cidadã, o termo controle social ganhou relevância após a Constituição de 1988, ao reconhecer a importância do envolvimento direto da sociedade no acompanhamento da gestão pública. Esse conceito deve ser entendido como:

- a) a possibilidade de cidadãos e organizações fiscalizarem, monitorarem e influenciarem a ação estatal, complementando os controles interno e externo e fortalecendo a accountability democrática.
- b) a substituição das funções de órgãos de controle institucional, como tribunais de contas e controladorias, pela atuação exclusiva da sociedade civil.
- c) um processo meramente simbólico de escuta social, sem efeitos reais sobre políticas públicas.
- d) a execução direta de serviços públicos pela sociedade, eliminando a mediação estatal.
- e) a limitação da participação popular a conselhos consultivos, sem impacto sobre a gestão.

EIXO TEMÁTICO 3**POLÍTICAS PÚBLICAS***Elisabete Moreira*

55. Autores como Michels, Merton e Crozier, além de outros adeptos do *Public Choice* e da Nova Gestão Pública, décadas depois dos escritos de Weber, mostraram como muitas vezes o modelo burocrático de tipo weberiano se torna ensimesmado (autorreferido), não respondendo assim ao público. Não obstante tais observações conhecidas como disfunções da burocracia ou “buiopatologias”, cabe lembrar aspectos tantas vezes negligenciados pelo debate atual, como a capacidade de esse modelo administrativo ser fiel aos seus objetivos.

Acerca de burocracia e Estado, aponte a alternativa correta.

- a) Em seus escritos, Weber não já havia percebido que havia o perigo de a burocracia fazer da autonomia funcional uma forma de enclausuramento e defesa dos seus próprios interesses.
- b) As teorias clássicas sobre o poder da burocracia, no geral, estão vinculadas à percepção de surgimento e desenvolvimento do Estado do Bem-estar social; quer seja para mostrar suas qualidades, quer seja para realçar seus problemas.
- c) O primeiro texto a tratar analiticamente da especificidade da burocracia pública e, especialmente, da relação entre política e administração foi escrito por Weber, no século XIX.
- d) na perspectiva de Wilson (2005), assim como na de Weber, haveria uma tensão inevitável entre política e burocracia.
- e) A estabilidade funcional defendida por Weber diz respeito, fundamentalmente, aos cargos e à continuidade das políticas, e não aos servidores que ocupam tais postos, apesar destes terem maior proteção de direitos, para evitar o avanço do poder patrimonial e o arbítrio dos governantes.

56. O novo padrão de relacionamento entre políticos e burocratas vem se transformando. O conceito de meritocracia especializada e insulada, definida como forma de diferenciação e proteção da burocracia ante os perigos do patrimonialismo, não pode ser o único critério de construção da burocracia. Isso é válido não apenas para o alto escalão, mas também para a chamada burocracia de nível médio e para o *street level bureaucracy*. Levando em consideração o papel da burocracia no modelo contemporâneo de gestão pública, aponte a alternativa correta.

- a) A burocracia de nível de rua precisa estar em um ambiente que combata as formas patrimoniais de ação e necessitam ter formas de responder aos formuladores (políticos e alta burocracia) por seu desempenho, além de serem permeáveis e *accountable* às demandas sociais que recebem, por meio de controle social.
- b) A burocracia de médio escalão promove o diálogo entre as necessidades do público que atende com as prioridades estabelecidas pelo alto escalão. São aqueles funcionários que comandam os funcionários do nível da rua, mas que não compõem o alto escalão.
- c) A burocracia de médio escalão geralmente determina as diretrizes gerais do seu setor de atuação e define, em última instância, por exemplo, os serviços que serão ofertados no órgão público sob sua direção.
- d) A burocracia do nível da rua não se refere a atuação dos funcionários públicos que lidam diretamente com os cidadãos, como os professores, médicos, guardas, etc.
- e) A burocracia de nível de rua se encontra na ponta do processo, definindo os serviços que serão ofertados pelo órgão público e trabalhando diretamente nos serviços que gerencia.

57. A execução de políticas públicas e seus respectivos programas e projetos envolve a articulação com uma miríade de atores e de distintos sistemas institucionais, envolvendo arranjos que articulam os atores que mais influem sobre a busca de soluções, sejam eles os copartícipe na decisão, parceiros de implementação, beneficiários, responsáveis pela fiscalização e interessados na transparência e na avaliação. Acerca dos arranjos institucionais para implementação de política públicas, aponte a alternativa correta.

- a) Arranjos institucionais incluem regras de incentivo e limites – contrapartidas, proibições, restrições ou mesmo sanções, mas não incluem os marcos nos quais se dão as relações entre os atores e as operações dentro de determinada área.
- b) Arranjos institucionais de implementação combinam regras, mecanismos e processos com os quais uma política conta para propiciar a interação coordenada de diversos atores, não incluindo os insumos necessários que decorre naturalmente da eficiência gerencial.
- c) Quando se trata de arranjos, as políticas com incentivos generosos e poucas contrapartidas nem sempre estimulam compromissos firmes, na medida em que os “prêmios” são elevados e que cumprir ou não com esses compromissos gera diferenças muito tênues em termos de suas consequências.
- d) Políticas mal estruturadas em suas regras elevam a aversão ao risco e produzem baixo interesse em aderir à sua implementação.
- e) Políticas que distribuem parques benefícios e cobram exigências muito custosas aos parceiros abrem brechas a comportamentos predatórios que trazem o risco de desvio da sua finalidade.

58. A avaliação de políticas públicas, com análise ex ante e ex post, são instrumentos relevantes para a tomada de decisão não somente quanto a criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas, para que estas sejam melhor desenhadas e planejadas, mas igualmente relevante para a tomada de decisões ao longo da execução da política – dizendo ao gestor o que aprimorar e, em alguns casos, como fazê-lo –, bem como para a melhor alocação de recursos entre as diferentes políticas públicas setoriais.

Aponte a alternativa correta, relacionada a avaliação de políticas públicas.

- a) Uma das críticas contra o uso de comparações de custo-benefício tradicionais é que eles não capturam os resultados diversos que os projetos podem ter em grupos distintos da sociedade.
- b) Quando se trata de questões orientadoras da eficiência, uma das alternativas possíveis é fazer a comparação de retorno social da política – indicador custo-benefício ou custo-efetividade – com o de políticas alternativas que atuam sobre o mesmo problema.
- c) A meta-avaliação é uma técnica aplicada à “avaliação da avaliação” ou a “síntese da avaliação”, que fragmenta os resultados de vários estudos independentes sobre um mesmo problema, de modo a desagregar os resultados de estudos comparáveis.
- d) O resultado de uma política refere-se à efetividade do projeto em atingir seu objetivo, ao passo que o impacto tende a decorrer diretamente da implementação do projeto.
- e) A avaliação no contexto a governança pública não inclui a orientação ao uso de evidências, razão pela qual o processo se encontra pouco institucionalizado no Brasil.

59. O conceito de políticas públicas baseadas em evidências, de acordo com alguns pesquisadores, tem evoluído para o conceito de políticas públicas informadas em evidências, tendo em vista que o processo envolve múltiplos fatores de análise, a exemplos de aspectos científicos, políticos, institucionais, entre outros. Entre algumas estratégias utilizadas e que contribuem para o uso de evidências científicas por tomadores de decisão, pode-se citar:

- I. Estimular o uso do jornalismo e de outras formas de comunicação para ampliar a disseminação do conhecimento científico;
- II. Considerar a atividade política como oposta ao uso de evidências científicas.
- III. Levantar experiências pessoais ou organizacionais, opiniões dos beneficiários, reivindicações sociais, entre outras.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) II e III.

60. A implementação de uma política pública afeta – e é afetada – por uma infinidade de atores, que definem problemas e soluções em um determinado domínio de políticas públicas e, nesse contexto, muitas dificuldades permeiam o processo.

- a) Sob o ponto de vista dos burocratas do nível de rua, a lacuna entre intenções e resultados assume que existe uma clara articulação entre a política pública pretendida e a dificuldade conceitual e prática de como transmitir essa intenção fielmente para baixo, na linha de comando burocrático, sob o ponto de vista de baixo para cima.
- b) Os burocratas em nível de rua enfrentam ambiguidades das políticas, recursos limitados e pressões de tempo que podem tornar impossível a implementação de políticas públicas conforme o esperado, sob o ponto de vista de cima para baixo.
- c) Entre os potenciais obstáculos relacionados à implementação, podem-se citar o grau de estabilidade política e capacidade de implementação de políticas públicas, que pode apresentar, num ambiente propício, um apoio político relativamente forte e uma capacidade burocrática para tarefas analíticas e de implementação relativamente fraca.
- d) O grau de descentralização do setor público é um fator relevante a ser considerado na implementação de políticas públicas, pois, levando-se em consideração as estruturas paraestatais, há aumento da necessidade de coordenação e diminuição de conflitos entre setores e níveis de governo.
- e) Um dos fatores contextuais que podem criar obstáculos à implementação de políticas públicas está relacionado aos regimes mais abertos ou fechados ou ao grau em que o processo é influenciado por uma série de atores, em vez de ter uma base de tomada de decisão estreita.

61. A análise de políticas públicas é uma atividade e um método de pesquisa preocupados em criar conhecimento sobre o processo de política pública, com objetivos descritivos, explicativos e prescritivos. Com relação ao processo de políticas públicas e da gestão das políticas públicas aponte a alternativa correta.

- a) As arenas são espaços físicos, contextos sistêmicos e interativos, que configuram a dinâmica de atuação dos atores, promovendo alianças a partir dos *issues*, das preferências, das expectativas e da estrutura de oportunidades.
- b) Na fase de avaliação de políticas públicas pode-se utilizar diferentes critérios como artifícios para medir os inputs, os outputs e os resultados.
- c) Uma comunidade de política pública ou *policy community* constitui uma rede de atores organizados em torno de uma área de políticas públicas, que se reconhecem reciprocamente e compartilham uma linguagem e um sistema de valor.
- d) As janelas de oportunidade são momentos especiais, raros, abertos num determinado período, nos quais os temas são inseridos na agenda política.
- e) O fenômeno denominado "*blame shifting*" ocorre quando o corpo burocrático acusa outro ator visando esquivar-se da responsabilidade pelo baixo desempenho de uma política pública.

62. O ciclo de políticas públicas constitui um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases, que ajuda a organizar as ideias e faz com que a complexidade de uma política pública seja simplificada. Acerca do ciclo de políticas públicas, assinale a única opção correta.

- a) A agenda governamental é composta, entre outras coisas, por temas que expressam interesses e valores e reflete o momento em que os interesses dos atores são equacionados.

b) Uma demanda só passa a constituir uma política pública quando se torna um problema público.

c) A implementação corresponde à execução de decisões anteriores e abrange a definição de critérios, indicadores e padrões que devem ser colocados em prática para o alcance dos resultados da política.

d) Ao contrário do processo de decisão, a implementação não inclui elementos políticos, já que compete aos agentes da burocracia.

e) A avaliação somativa de políticas públicas ocorre na fase final do processo e envolve a correção dos desvios em relação ao planejado.

63. Conhecer o *locus* onde a política pública acontece é muito importante para entender a dinâmica política, o comportamento dos atores e os efeitos das políticas públicas. No estudo de políticas públicas, esse *locus* refere-se ao contexto institucional no qual as políticas públicas se desenvolvem, apresentando as seguintes características:

- I. As instituições são jurisdições, competências e delimitações territoriais.
- II. As instituições alteram a percepção dos atores sobre seus próprios interesses, mas não condicionam o acesso a novas ideias, que é determinado pelos atores participantes.
- III. Os neoinstitucionalistas defendem que os atores políticos agem e se organizam de acordo com regras e práticas que são publicamente construídas, conhecidas, previstas e aceitas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) II e III.

64. Um dos principais esquemas para diferenciar contextos institucionais em pesquisas comparativas é o conceito de cultura política, entendida como um conjunto de predisposições coletivas interiorizadas que legitimam o comportamento político dos atores em um processo político. A cultura política pode ser entendida como

- a) paroquial, quando os cidadãos são pouco ligados politicamente ao governo central e há falta de visão integrada das comunidades em relação ao sistema político.
- b) submissa, quando os cidadãos reconhecem o governo central como agente da sociedade e sentem-se responsáveis pela definição do seu rumo.
- c) participativa, quando os cidadãos reconhecem o governo central, mas nutrem um sentimento de dependência e subserviência em relação ao centro político.
- d) hierárquica, que apresenta uma cultura com alta densidade de normas e alta desestruturação grupal.
- e) igualitária, que apresenta baixa densidade de normas e baixa coesão grupal.

65. Levando-se em consideração o modelo desenvolvido por Robert Dahl, a dinâmica política é bastante diferente a depender do grau de democratização, considerando países com diferentes graus de possibilidade de contestação pública contra o governo, e níveis de inclusão social nos processos decisórios. Neste caso, o modo de separar os ambientes em que são elaboradas as políticas públicas no qual há alta participação e baixa possibilidade de contestação pública (competição política) é denominado:

- a) oligarquias competitivas
- b) poliarquias
- c) hegemonias fechadas
- d) hegemonias includentes
- e) democracias liberais.

66. A avaliação das políticas públicas deve ser realizada com base nos indicadores e metas previamente definidas e não limitada à aspectos comportamentais e subjetivos. Acerca dos indicadores de desempenho, tem-se que:

- I. Uma avaliação que focalize os aspectos jurídicos de uma política pública leva em consideração a legalidade e a eficiência administrativa.
- II. Uma avaliação de políticas públicas que focalize aspectos políticos vai prestar atenção à efetividade, à legitimidade do processo de elaboração, além da eficácia e da eficiência.
- III. O critério da economicidade é utilizado para a aquisição de equipamentos de alta qualidade, levando em consideração o custo da aquisição, ou seja, o grau de utilização dos inputs.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) III.

EIXO TEMÁTICO 4**CONTABILIDADE PÚBLICA***Gilmar Possati*

67. O Município Audazes dos Pampas está finalizando o exercício financeiro de 2024 e sua equipe de contabilidade está procedendo com a inscrição dos Restos a Pagar. Foram identificadas as seguintes situações:

1. Uma despesa de R\$ 30.000 referente à aquisição de materiais de informática, empenhada em 15/12/2024. Os materiais foram entregues e devidamente atestados em 28/12/2024, mas o pagamento ainda não foi efetuado.
2. Uma despesa de R\$ 50.000 para contratação de um serviço de consultoria ambiental, empenhada em 01/11/2024. O serviço foi parcialmente executado (60% do valor) até 31/12/2024, mas a liquidação formal dessa parcela não foi concluída. O restante do serviço será executado em 2025.
3. Uma despesa de R\$ 20.000 referente a um contrato de manutenção de veículos, empenhada em 05/12/2024. O serviço completo será prestado somente em janeiro de 2025.
4. Uma despesa de R\$ 40.000 referente a multas de trânsito arrecadadas pelo município, mas que, por força de convênio com o órgão de trânsito estadual, devem ser repassadas a ele até 15/01/2025. O repasse não foi feito até 31/12/2024.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), como essas situações devem ser classificadas e inscritas em Restos a Pagar para o exercício de 2024?

- a) As despesas de R\$ 30.000 (materiais de informática) e R\$ 40.000 (multas de trânsito a repassar) devem ser inscritas como Restos a Pagar Processados. As despesas de R\$ 30.000 (consultoria ambiental, parcela executada) e R\$ 20.000 (manutenção de veículos) devem ser inscritas como Restos a Pagar Não Processados.

- b) Apenas a despesa de R\$ 30.000 (materiais de informática) deve ser inscrita como Restos a Pagar Processados. As despesas de R\$ 50.000 (consultoria ambiental), R\$ 20.000 (manutenção de veículos) e R\$ 40.000 (multas de trânsito a repassar) devem ser inscritas como Restos a Pagar Não Processados.
- c) A despesa de R\$ 30.000 (materiais de informática) e R\$ 40.000 (multas de trânsito a repassar) devem ser inscritas como Restos a Pagar Processados. A parcela executada da consultoria ambiental (R\$ 30.000) e a manutenção de veículos (R\$ 20.000) devem ser inscritas como Restos a Pagar Não Processados.
- d) Todas as despesas mencionadas, totalizando R\$ 140.000, devem ser inscritas como Restos a Pagar Não Processados, pois o pagamento não foi realizado até o final do exercício.
- e) A despesa de R\$ 30.000 (materiais de informática) deve ser inscrita como Restos a Pagar Processados. A parcela de R\$ 30.000 da consultoria ambiental e a despesa de R\$ 20.000 da manutenção de veículos devem ser inscritas como Restos a Pagar Não Processados. O repasse das multas (R\$ 40.000) não constitui Restos a Pagar.

68. O Município Audazes dos Pampas possui em sua Dívida Ativa os seguintes créditos:

1. Créditos de IPTU do exercício de 2020, inscritos em Dívida Ativa em 2021, com expectativa de recebimento em até 6 meses para 30% do valor e o restante com alta incerteza.
2. Multas administrativas (não tributárias) aplicadas em 2022, inscritas em Dívida Ativa em 2023, com previsão de recebimento ao longo dos próximos 2 anos.
3. Valores referentes a aluguéis de imóveis municipais vencidos em 2019, nunca inscritos em Dívida Ativa.

Sobre a Dívida Ativa e sua gestão, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção correta:

- a) Os créditos de IPTU de 2020 devem ser reclassificados integralmente para o Ativo Circulante, pois parte deles possui expectativa de recebimento de curto prazo.
- b) As multas administrativas, por não terem natureza tributária, não podem ser inscritas em Dívida Ativa, devendo ser gerenciadas por outros instrumentos legais.
- c) Os valores referentes a aluguéis de imóveis municipais vencidos em 2019, por não terem sido inscritos formalmente, não podem ser considerados Dívida Ativa e devem ser baixados por incobrábilidade.
- d) A Dívida Ativa deve ser mensurada sempre pelo seu valor nominal, sendo vedado o ajuste para perdas, pois isso subestimaria o potencial de arrecadação do ente.
- e) A inscrição de um crédito em Dívida Ativa, considerando o ente como um todo, é um fato contábil permutativo, pois representa uma mera alteração qualitativa no direito de crédito do ente público.

69. O Município Audazes dos Pampas está revisando sua política de endividamento e, para isso, precisa classificar suas obrigações financeiras de acordo

com a Lei nº 4.320/1964 e o MCASP. Foram identificados os seguintes compromissos:

1. Empréstimos de longo prazo, com vencimento em 5 anos, contraídos junto a instituições financeiras internacionais para financiar projetos de infraestrutura.
2. Débitos com fornecedores de bens e serviços, resultantes de despesas liquidadas, mas não pagas até o final do exercício, com prazo de pagamento de 30 dias.
3. Precatórios judiciais expedidos, com parcelamento anual previsto para os próximos 10 anos, conforme autorização constitucional.
4. Depósitos de terceiros (cauções e retenções para garantia de contratos) a serem devolvidos após a conclusão e aceite de obras e serviços, previstos para ocorrer em até 18 meses.

Com base na Lei nº 4.320/1964 e no MCASP, assinale a opção que classifica corretamente esses compromissos:

- a) Os empréstimos de longo prazo (item 1) e os precatórios judiciais parcelados (item 3) são Dívida Fundada. Os débitos com fornecedores (item 2) e os depósitos de terceiros (item 4) são Dívida Flutuante.
- b) Apenas os empréstimos de longo prazo (item 1) são Dívida Fundada. Todos os demais itens (2, 3 e 4) são Dívida Flutuante.
- c) Todos os compromissos (itens 1, 2, 3 e 4) devem ser classificados como Dívida Fundada, pois representam obrigações que superam o exercício financeiro em algum momento.
- d) Os empréstimos de longo prazo (item 1) são Dívida Fundada. Os débitos com fornecedores (item 2) e os precatórios judiciais parcelados (item 3) são Dívida Flutuante, e os depósitos de terceiros (item 4) são passivos de longo prazo, mas não se enquadram em nenhuma das duas classificações.
- e) Os empréstimos de longo prazo (item 1), os débitos com fornecedores (item 2) e os precatórios judiciais parcelados (item 3) são Dívida Fundada. Os depósitos de terceiros (item 4) são Dívida Flutuante.

70. O Instituto Federal de Educação do Pampa (IFP), para atender a pequenas despesas urgentes e de pronto pagamento, designou um servidor para atuar como suprido, concedendo-lhe um adiantamento no valor de R\$ 2.500,00 em 10/10/2024. Este valor foi destinado à aquisição de material de expediente e pequenos reparos emergenciais em laboratórios. O regulamento interno do IFP estabelece que a prestação de contas deve ocorrer em até 30 dias após o último dia do mês da concessão.

Considerando as disposições da Lei nº 4.320/1964 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) sobre suprimento de fundos, assinale a alternativa correta:

- a) O registro contábil inicial da concessão do suprimento de fundos, sob a ótica patrimonial, representa uma Variação Patrimonial Diminutiva, pois há uma saída de caixa que afeta diretamente o patrimônio líquido da entidade.
- b) Caso o servidor não preste contas no prazo regulamentar, e após esgotados os prazos administrativos para regularização, o valor não comprovado deverá ser registrado como perda patrimonial e a dívida ativa não tributária da União.
- c) Se o servidor devolver R\$ 500,00 referentes a valores não utilizados do suprimento de fundos em 15/01/2025, essa devolução deverá ser registrada como uma dedução da despesa orçamentária do exercício de 2024.
- d) O suprimento de fundos pode ser utilizado para pagar despesas com pessoal ou para adquirir bens imóveis, desde que haja justificativa formal e o valor esteja dentro dos limites estabelecidos em regulamento.
- e) A liquidação da despesa orçamentária referente ao suprimento de fundos ocorre no momento da comprovação dos gastos pelo servidor, quando os documentos fiscais são apresentados e aprovados pela administração.

LICITAÇÃO

Herbert Almeida

71. Durante uma situação de calamidade pública provocada por fortes enchentes, determinada autarquia contratou, com dispensa de licitação, sociedade empresária para realizar obras emergenciais de recuperação de pontes. Ao final do prazo contratual de um ano, a autarquia verificou que outros serviços precisavam ser prestados, em decorrência da continuidade do fenômeno climático, e decidiu recontratar diretamente a mesma sociedade empresária.

Considerando a interpretação do STF sobre a dispensa emergencial prevista na Lei nº 14.133/2021, a medida adotada pela autarquia:

- a) é válida, pois a continuidade da situação de calamidade justifica a recontratação com base no mesmo fundamento legal.
- b) é inválida, pois a recontratação da mesma empresa com base em dispensa por emergência é vedada em qualquer hipótese, independentemente do prazo original do contrato, por expressa previsão legal.
- c) é inválida, pois se trata de recontratação fundada na mesma situação calamitosa, ultrapassando o limite legal de um ano.
- d) é válida, desde que a empresa apresente proposta mais vantajosa que os demais interessados.
- e) é válida, desde que a nova contratação esteja limitada a 180 (cento e oitenta) dias.

72. Suponha que determinado órgão público tenha firmado contrato de serviços contínuos de manutenção de equipamentos, com vigência de dez meses e sem envolver a contratação de mão de obra. Referido contrato não possuía cláusula prevendo o reajustamento dos preços. Porém, em razão dos efeitos da inflação, após constatar a diminuição do poder de compra dos valores inicialmente pactuados, a sociedade empresária contratada requisitou o reajustamento dos preços após o decurso de seis meses desde a elaboração do orçamento estimado.

Acerca da situação hipotética acima e com base no que dispõe a Lei nº 14.133/2021 sobre os contratos administrativos, a Administração Pública deverá, diante do pedido de reajustamento em sentido estrito:

- a) atender ao pedido e conceder o reajuste, pois o contratado faz jus à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que foi comprometido em razão da inflação.
- b) rejeitar o pedido, em razão da ausência de previsão contratual e independentemente do momento em que o pedido foi formulado, uma vez que não há obrigatoriedade legal de concessão de reajuste.
- c) rejeitar o pedido em razão do momento em que foi formulado, uma vez que a legislação somente admite o reajuste após o decurso de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.
- d) revisar o contrato, mediante aditamento, promovendo a alteração contratual com atualização do valor, devendo dar publicidade ao aditamento da mesma forma como procedeu a divulgação do contrato.
- e) não houve ilegalidade em razão da ausência de previsão de cláusula de reajuste, uma vez que o prazo contratual é inferior a um ano.

73. Determinado ministério pretende realizar uma contratação para aquisição de equipamentos. Na fase preparatória, a equipe responsável elaborou um estudo técnico preliminar (ETP), que indicou que a contratação não poderia ocorrer por meio de sistema de registro de preços. Além disso, a equipe deixou de incluir estimativas das quantidades, sob o argumento de que isso poderia ser definido posteriormente, durante a fase de recebimento das propostas. Considerando o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) a ausência de estimativas das quantidades não compromete o ETP, pois este documento é meramente informativo e não possui requisitos obrigatórios.
- b) o ETP é documento essencial, mas a estimativa de quantidades não é obrigatória, uma vez que o edital poderá suprir essa indicação.
- c) o ETP pode deixar de conter estimativas de quantidades quando se tratar de bens padronizados, cuja variação de consumo seja imprevisível.
- d) o ETP deve conter obrigatoriamente as estimativas de quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo, salvo justificativa dos servidores encarregados.
- e) a ausência das estimativas de quantidades torna o ETP inválido, pois este é um dos elementos obrigatórios, conforme previsto expressamente na legislação.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Leandro Ravyelle*

74. Durante o exame das contas do Município Y, o Tribunal de Contas constatou que, no exercício de 2024, foram executadas despesas não previstas na LOA nem em créditos adicionais. Verificou-se também a existência de um “orçamento setorial de investimentos” instituído por decreto do Prefeito, para gerir recursos de operação de crédito com organismo internacional, à margem da LOA. Por fim, identificaram-se dotações com classificações genéricas do tipo “outras despesas diversas”, sem detalhamento de objeto.

À luz dos princípios orçamentários clássicos, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da universalidade foi observado, pois a totalidade das receitas e despesas constava em algum documento orçamentário, ainda que separado da LOA.
- b) O princípio da anualidade não foi violado, porque as despesas ocorreram dentro do ano de 2024.
- c) O princípio da unidade foi desrespeitado, uma vez que foi criado orçamento paralelo por decreto, afrontando a exigência de um único orçamento para o exercício.
- d) O uso de rubrica genérica “outras despesas diversas” atende ao princípio da especificação, desde que o valor não ultrapasse 10% da despesa da unidade.
- e) A ausência de autorização legislativa específica para despesas extraordinárias não compromete a universalidade, desde que haja registro contábil posterior.

75. O Município Vega pretende romper com o histórico de elaboração incremental da LOA. Para o próximo ciclo, a Secretaria de Planejamento determinou que:

- (i) a peça orçamentária seja estruturada por programas alinhados ao PPA e às diretrizes de governo;*
- (ii) todas as despesas sejam reavaliadas e justificadas a cada exercício, sem recondução automática com base no passado;*
- (iii) sejam definidos indicadores e metas de desempenho, com responsabilização dos gestores pelos resultados.*

À luz dos modelos adotados no Brasil (tradicional/clássico, programa, base-zero e por resultados), assinale a alternativa correta:

- a) No orçamento tradicional, a forte integração com o PPA direciona a alocação de recursos aos objetivos sociais, conferindo foco em metas.
- b) No orçamento-programa, a ênfase está na descrição de insumos e categorias de gasto; os resultados têm papel secundário no processo.
- c) O orçamento base-zero exige justificativa anual de todas as despesas e ignora dados históricos, o que, por si só, garante maior eficiência e facilita o planejamento de longo prazo.
- d) No orçamento por resultados, a alocação de recursos vincula-se a metas de desempenho, com indicadores para monitorar efeitos e accountability dos gestores com base nos resultados alcançados.
- e) No orçamento tradicional, cada despesa é rejustificada detalhadamente a cada ciclo, o que promove controle gerencial rigoroso e transparência de resultados.

76. Admita que a União venha a instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), previsto na Constituição Federal, com alíquotas progressivas. O governo sinaliza três possíveis destinações:

- I) expansão de programas de transferência direta de renda às famílias em situação de pobreza;
- II) aumento de repasses automáticos a Estados e Municípios segundo critérios populacionais;
- III) programa anticíclico para amortecer recessões, elevando o gasto quando o PIB cair e reduzindo quando crescer.

Com base nas funções clássicas das finanças públicas, assinale a alternativa correta:

- a) A destinação I evidencia a função distributiva, pois busca reduzir desigualdades por meio de transferências de renda.
- b) A destinação II caracteriza a função estabilizadora, dado que amplia repasses per capita e, com isso, estabiliza o ciclo econômico.
- c) A destinação III é exemplo de função alocativa, pois o objetivo é corrigir falhas de mercado na provisão de bens públicos.
- d) A aplicação do IGF em infraestrutura ferroviária é típica da função estabilizadora, pois aumenta o produto potencial.
- e) Qualquer uso do IGF sempre será alocativo, já que todo gasto público trata da alocação de recursos na economia.

77. No Estado CÊNIO, durante a tramitação do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, a Comissão de Orçamento passou a discutir as dotações propostas para programas que já vinham sendo executados desde o ciclo anterior. O relator sugeriu que, antes de aprovar os valores, fossem considerados os resultados das avaliações realizadas pela Administração sobre esses programas (execução, custo e efetividade) de certa política pública de inclusão e acessibilidade da comunidade LGBTQIAPN+. O líder do governo retrucou dizendo que, por ter a LOA natureza autorizativa, e para não interferir na gestão, o Legislativo não deveria levar em conta tais avaliações no processo de alocação de recursos, pelo menos neste momento de discussão do projeto de orçamento, uma vez que o momento viável para isso seria durante a prestação de contas anual da gestão a ser enviada pelo presidente da República em momento oportuno.

À luz da sistemática orçamentária brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) A LOA, ressalvadas as despesas obrigatórias e emendas impositivas, é meramente autorizativa; portanto, a proposta do relator afronta a separação de poderes e não deve ser acolhida.
- b) A avaliação de políticas públicas é etapa apenas posterior ao término do programa; logo, não pode fundamentar decisões de alocação na LOA do exercício seguinte.
- c) A LOA deve considerar os resultados das avaliações de políticas públicas realizadas pela Administração conforme a lei, como propôs o relator.
- d) Por ser o Legislativo o órgão do controle externo, a LOA deve considerar apenas as avaliações produzidas no âmbito desse controle, e não as avaliações administrativas.
- e) As avaliações de políticas públicas devem ser apresentadas somente quando do julgamento das contas de governo, pois se referem à execução, não à autorização da despesa.

78. Considerando as etapas da Receita Orçamentária, avalie as situações a seguir:

- I. Ravy, moradora de Fortaleza, recebeu o carnê do IPTU/2025 referente ao seu imóvel residencial.*
- II. Gabi quitou o ITBI no banco conveniado do município, mas o valor ainda não foi repassado para a Conta Única do Tesouro Municipal.*
- III. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 do Município de Fortaleza estima a arrecadação de ITBI em R\$ 480 milhões.*

Com base no exposto, é correto afirmar que:

- a) o IPTU de Carla foi recolhido; o ITBI de Pedro foi arrecadado; e R\$ 480 milhões é o ITBI recolhido em 2025.
- b) o IPTU de Carla foi lançado; o ITBI de Pedro foi arrecadado; e R\$ 480 milhões é a previsão de ITBI para 2025.
- c) o IPTU de Carla foi arrecadado; o ITBI de Pedro foi recolhido; e R\$ 480 milhões é o lançamento de ITBI em 2025.
- d) o IPTU de Carla foi lançado; o ITBI de Pedro foi recolhido; e R\$ 480 milhões é a previsão de ITBI para 2025.
- e) o IPTU de Carla foi lançado; o ITBI de Pedro foi arrecadado; e R\$ 480 milhões é o ITBI recolhido em 2025.

EIXO TEMÁTICO 5

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Antônio Daud

79. Um hospital particular coleta de seus pacientes dados como nome, endereço, CPF, e também informações sobre seu histórico de saúde, tipo sanguíneo e informações genéticas. Ao elaborar sua política de privacidade, a equipe jurídica do hospital precisa classificar corretamente esses dados para aplicar as medidas de segurança e os requisitos de tratamento adequados conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

De acordo com a LGPD, as informações sobre histórico de saúde e dados genéticos são classificadas como:

- a) dados pessoais, tratados da mesma forma que nome e endereço, exigindo apenas o consentimento genérico do paciente.
- b) dados anonimizados, pois são utilizados para fins estatísticos de saúde pública e não identificam o paciente diretamente.
- c) dados públicos, uma vez que podem ser compartilhados com outros órgãos de saúde para o bem da coletividade.
- d) dados pessoais sensíveis, sujeitos a requisitos de tratamento mais rigorosos e a hipóteses legais específicas para seu uso.
- e) dados cadastrais, que podem ser compartilhados livremente com parceiros comerciais do hospital, como laboratórios e farmácias.

80. Determinada empresa de comércio eletrônico solicita aos seus clientes, no momento do cadastro, que marquem uma caixa de seleção com os dizeres: "Li e aceito os Termos de Uso e a Política de Privacidade", que inclui o consentimento para o tratamento de dados pessoais para quaisquer finalidades aplicáveis, como processamento do pedido, envio de marketing direto e compartilhamento com empresas parceiras.

Considerando os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para o consentimento, essa prática é:

- a) válida, pois o cliente manifestou sua vontade ao marcar a caixa de seleção, caracterizando consentimento livre e informado.
- b) inválida, pois o consentimento deve ser fornecido por escrito e com firma reconhecida para ter validade jurídica.
- c) inválida, pois o consentimento para finalidades distintas deve ser fornecido de forma específica para cada uma delas, e não de maneira genérica e agregada.
- d) válida, desde que a empresa ofereça ao cliente a opção de descadastrar-se do recebimento de marketing a qualquer momento.
- e) parcialmente válida, sendo eficaz para o processamento do pedido, mas nula para as demais finalidades por ausência de especificidade.

81. Carlos, um cidadão engajado, acessou o site da prefeitura de seu município em busca de informações sobre as despesas com diárias e passagens de servidores, bem como a íntegra dos contratos de prestação de serviços celebrados nos últimos seis meses. Para sua surpresa, o portal estava desatualizado e não continha os dados desejados, apresentando apenas notícias institucionais.

Considerando a situação e as regras da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), a conduta do município é:

- a) regular, pois tais informações são consideradas sigilosas e só podem ser fornecidas mediante solicitação formal e justificada.
- b) irregular, pois a LAI estabelece o dever de promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso de informações de interesse coletivo, como as procuradas por Carlos.
- c) regular, pois a obrigação de manter um Portal da Transparência detalhado é exclusiva dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.
- d) irregular, mas o município só é obrigado a publicar as informações após ser formalmente provocado por um cidadão, tendo 30 dias para fazê-lo.
- e) regular, pois a lei obriga a divulgação apenas de um resumo dos contratos, e não de sua íntegra, sendo as despesas com diárias de acesso restrito.

82. O Município Alfa, com uma população de 8.500 habitantes, foi notificado pelo Ministério Público para que se adequasse às normas de transparência pública. Em sua defesa, o Prefeito argumentou que, por ter menos de 10.000 habitantes, o município estaria totalmente desobrigado de manter um portal na internet para divulgação de informações, conforme exceção prevista na Lei de Acesso à Informação.

A respeito da argumentação do Prefeito, assinale a alternativa correta.

- a) A argumentação está correta, pois a LAI isenta totalmente os municípios com menos de 10.000 habitantes de qualquer obrigação de transparência ativa.
- b) A argumentação está incorreta, pois a LAI não prevê nenhuma exceção para municípios de pequeno porte.
- c) A argumentação está parcialmente correta, pois o município fica dispensado da divulgação obrigatória na internet prevista na LAI, mas permanece obrigado a divulgar informações em tempo real sobre a execução orçamentária e financeira, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- d) A argumentação está incorreta, pois a dispensa da LAI só se aplica se o município comprovar que não possui recursos técnicos e financeiros para manter o portal.
- e) A argumentação está correta, e a obrigação do município se resume a afixar as informações em um mural de acesso público na sede da prefeitura.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

83. Uma amostra aleatória simples X_1, X_2, X_3, X_4 e X_5 , de tamanho 5, será obtida de uma distribuição de probabilidades populacional com média μ e variância σ^2 .

Considere que o seguinte estimador de μ será usado

$$\bar{x} = (x_1 + x_2 + x_3 + x_4 + x_5) / 5$$

A média e a variância de \bar{x} valem, respectivamente,

- a) 5μ e $\sigma^2/5$
- b) $\mu/3$ e $\sigma^2/5$
- c) $\mu/5$ e $\sigma^2/5$
- d) μ e $\sigma^2/5$
- e) 5μ e σ^2

O enunciado a seguir deve ser utilizado nas questões 84 e 85.

Para o concurso de auditor de controle externo no município de Riquelme, verificou-se que em uma pequena amostra dos candidatos, as notas variaram entre 0 e 10, tendo três ficado com nota 5, seis obtido nota 7 e um conquistado nota 9.

84. Marque a opção correta

- a) a moda é inferior à média e à mediana.
- b) a moda é superior à média e à mediana.
- c) a moda é igual à mediana e superior à média.
- d) a mediana é inferior à média e igual à moda.
- e) a mediana é inferior à média e à moda.

85. A variância das notas dos candidatos da amostra é

- a) 1,2.
- b) 1,3
- c) 1,4.
- d) 1,5
- e) 1,6.

O enunciado a seguir deve ser utilizado nas questões 86 e 87.

Uma pesquisa realizada com moradores das cidades A, B, C, D e E teve como finalidade investigar a questão de segurança nas cidades onde moravam. Foram entrevistados 1.000 moradores, alocando-se a amostra de acordo com a cidade de origem de cada um. Na tabela seguinte, N é o tamanho populacional de moradores; n é o tamanho da amostra por origem; P é o percentual dos moradores entrevistados que se manifestaram relativamente seguros nas suas cidades.

cidade	N	n	P
A	100.000	100	80
B	300.000	300	70
C	100.000	100	90
D	300.000	300	80
E	200.000	200	80
total	1.000.000	1.000	

86. Marque a opção correta:

- a) a fração amostral utilizada no estudo em tela foi igual a 1% e o desenho amostral é conhecido como amostragem por conglomerados
- b) a fração amostral utilizada no estudo em tela foi igual a 1% e o desenho amostral é conhecido como amostragem estratificada
- c) a fração amostral utilizada no estudo em tela foi igual a 0,1% e o desenho amostral é conhecido como amostragem por conglomerados
- d) a fração amostral utilizada no estudo em tela foi igual a 0,1% e o desenho amostral é conhecido como amostragem estratificada
- e) a fração amostral utilizada no estudo em tela foi igual a 1% e o desenho amostral é conhecido como amostragem sistemática

87. Se $P(-2 < Z < 2) = 0,95$, em que Z representa a distribuição normal padrão, o intervalo de 95% de confiança do percentual populacional de moradores da cidade C que se sentem relativamente seguros foi igual a:

- a) $90\% \pm 6\%$
- b) $90\% \pm 3\%$
- c) $90\% \pm 10\%$
- d) $80\% \pm 8\%$
- e) $80\% \pm 10\%$

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

88. A Lei 10.559/2002, regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Segundo a referida legislação, o regime compreende, dentre outros direitos, a declaração da condição de anistiado político. De acordo com a Lei 10.559/2002, são declarados anistiados políticos aqueles que, no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988, por motivação exclusivamente política, foram:

- a) Aposentados voluntariamente.
- b) Transferidos a pedido para localidade diversa daquela onde exerciam suas atividades profissionais.
- c) Impedidos de tomar posse ou de entrar em exercício de cargo público, em virtude de vício de legalidade no concurso público.
- d) Eleitos vereadores a qualquer título.
- e) Punidos com a cassação de seus mandatos eletivos nos Poderes Legislativo ou Executivo, em todos os níveis de governo.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO, QUALIDADE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, ACESSIBILIDADE E USO DE LINGUAGEM SIMPLES.*Stefan Fantini*

89. João das Neves, gerente de determinada sorveteria, iniciou uma ação para reformar e redecorar toda loja. João das Neves trocou os sofás, o piso, as mesas, as vitrines, os equipamentos e os materiais. O principal objetivo era fazer com que a loja ficasse mais bonita, atual e convidativa para os clientes.

O fator determinante da qualidade em serviços focado por João das Neves foi

- a) confiabilidade.
- b) tangibilidade.
- c) empatia.
- d) responsividade.
- e) garantia.

COMUNICAÇÃO CONTEMPORÂNEA E A INTERNET*Júlia Branco*

90. A ética da comunicação aplicada ao uso de inteligência artificial em instituições públicas exige observar certos princípios normativos. Qual alternativa reflete adequadamente tais exigências?

- a) A autonomia da IA deve prevalecer sobre a supervisão humana, pois a máquina é capaz de autocorrigir-se e garantir eficiência.
- b) O emprego de IA em comunicação pública deve ser pautado pela transparência sobre sua utilização, proteção de dados pessoais, responsabilização institucional e preservação da linguagem cidadã.
- c) A impessoalidade administrativa justifica a ausência de explicitação ao cidadão quanto ao uso de IA, desde que os conteúdos transmitam informações corretas.

d) A eficiência administrativa autoriza a substituição de comunicadores humanos por algoritmos, sem riscos à diversidade e à inclusão informacional.

e) A governança comunicacional com IA exige apenas auditorias técnicas periódicas, inexistindo critérios participativos de decisão.

Discursiva 1

Um órgão público contratou, mediante prévio procedimento licitatório, a construção de um edifício anexo para alocação de atividades de suporte de informática. No curso do contrato, em face de constrições orçamentárias e da necessidade de corte de despesas, viu-se obrigado a reduzir as obras inicialmente contratadas, suprimindo parte do objeto do contrato, correspondente à construção do edifício anexo.

Considerando o que dispõe a Lei 14.133/2021, responda, fundamentadamente, às seguintes indagações:

- a) Existe algum limite em que a contratada estaria obrigada a aceitar a supressão quantitativa do objeto? A prerrogativa de alteração unilateral pela Administração Pública é condicionada à comprovação de circunstâncias supervenientes?
- b) A contratada faz jus a alguma espécie de ressarcimento por custos incorridos e/ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em face da supressão quantitativa de seu valor?
- c) Na hipótese de a redução não ser economicamente viável para a contratada, ela poderá rescindir o contrato ou recusar-se a cumprir o objeto remanescente, eximindo-se da aplicação de sanções?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

Redija um texto dissertativo sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI). Em seu texto, aborde os seguintes tópicos:

1. O direito ao acesso à informação.
 2. O papel da LAI na garantia do direito à informação.
 3. Transparência ativa e passiva.
 4. Restrição de acesso à informação.
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
